
Gestão educacional: o que faz a diferença? Caso Mogi Mirim

Doralice dos Santos Scafi¹

Prof^o Mestre em Educação
doralicescafi@yahoo.com.br

Esta pesquisa é um estudo de caso, análise e compreensão da dinâmica organizacional da gestão escolar da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Professor Jorge Bertolaso Stella, Município de Mogi Mirim – SP. Essa escola pertencia à rede estadual de ensino desde o ano de 1981. Foi municipalizada por meio da Lei Municipal 3.484 em 18 de junho de 2001, que entrou em vigor na sua data de publicação, em 23 de janeiro de 2002. O objetivo deste trabalho é indicar os principais fatores que trouxeram transformações significativas para o funcionamento da escola, com a participação da comunidade e o envolvimento de professores, alunos e funcionários, e analisar se esses fatores são resultados de uma gestão educacional democrática.

Palavras-Chave: Diretor de Escola. EMEB Prof. Jorge Bertolaso Stella. Gestão democrática.

Introdução

Esta pesquisa é um estudo de caso, análise e compreensão da dinâmica organizacional da gestão escolar da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Professor Jorge Bertolaso Stella, Município de Mogi Mirim – SP. Essa escola pertencia à rede estadual de ensino desde o ano de 1981. Foi municipalizada por meio da Lei Municipal 3.484 em 18 de junho de 2001, que entrou em vigor na sua data de publicação em 23 de janeiro de 2002.

O objetivo deste trabalho é o de indicar os principais fatores que trouxeram transformações significativas para o funcionamento da escola, com a participação da comunidade e o envolvimento de professores, alunos e funcionários, e analisar se esses fatores são resultados de uma gestão educacional democrática.

Do ano de 2002 a 2006, essa escola atendia aos segmentos da Educação Infantil à 4ª série, do Ensino Fundamental regular, e ao segmento de EJA – Educação de Jovens e Adultos Ciclo I e II. A partir de 2007, a escola implanta os quatro últimos anos do Ensino Fundamental, iniciados no ano letivo de 2007 com a 5ª série. A implantação do segundo ciclo do Ensino Fundamental ocorreu em conjunto com o governo local, em decorrência do fortalecimento da comunidade, com o desejo coletivo de que seus filhos dessem continuidade aos estudos do Ensino Fundamental na mesma escola. Essa unidade escolar tem alcançado resultados positivos nas relações com a comunidade interna e externa. Nos últimos cinco anos não tem registro de evasão. Nas avaliações externas, os alunos têm demonstrado bons índices de aprendizagem. A escola foi reconhecida nas duas últimas edições do “Instituto Faça Parte” (2005 e 2007) pelo fortalecimento da escola como nú-

cleo de cidadania na sua própria comunidade e pelo projeto social que desenvolve.

O trabalho foi realizado mediante procedimentos de pesquisa bibliográfica, análise documental e registros de foto, vídeo, notícia na imprensa escrita e televisiva. É uma abordagem de pesquisa qualitativa de natureza interpretativa.

No estudo desses materiais será analisada a possibilidade de se organizar uma escola democrática, mesmo tendo um diretor admitido por concurso público. Parte-se do pressuposto de que uma escola, para ser democrática, depende especificamente da forma de provimento do cargo de diretor de escola.

A relevância desta pesquisa se apóia nos desafios que um grande número de municípios estão enfrentando para a definição de uma política educacional de qualidade, tendo em vista a municipalização do Ensino Fundamental e as novas exigências do perfil do diretor de escola numa concepção de gestão democrática. Apóia-se também a um dos temas propostos na atual agenda do Ministério da Educação o desenvolvimento do Plano do Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado pelo decreto 6094/2007, em que no seu artigo 2º - XVIII estabelece que os sistemas deverão fixar regras claras, considerando mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola, induzindo essas regras para eleição de diretores como mecanismo de provimento do cargo.

Quando somos alunos, imaginamos a escola ideal, aquela escola na qual gostaríamos de estudar, quando éramos crianças, adolescentes e jovens. Quando somos professores, imaginamos como seria a escola se fôssemos diretores. Passamos num concurso público para atuarmos como diretores de escola. Muda-se a posição e, com essa mudança, aumentam as responsabilidades. O profissional da educação – o pro-

fessor – torna-se o administrador escolar, que terá um olhar voltado para toda a escola, parte física, patrimônio, administrativa, burocrática, pedagógica e as relações internas e externas da escola. O então professor passa a ser o dirigente da escola, o gestor, havendo expectativas de que seja líder comunitário.

Estreamos um sistema novo de ensino no Município de Mogi Mirim (SP) no ano de 2002. E agora? Quais os caminhos possíveis e realizáveis nas condições atuais de escola pública, que poderemos percorrer e fazer acontecer na realidade concreta organizacional de uma escola destinada à população de baixa renda? De todos os nossos sonhos e ideais, o que realmente podemos fazer para buscar a tão sonhada escola, aquela que imaginamos enquanto alunos, professores e até mesmo como pais, aquela escola pública que fosse tão boa que nossos filhos pudessem estudar nela? Fala-se muito em gestão democrática e participativa, autonomia na gestão, projeto político-pedagógico, sendo o diretor o responsável pela escola, o motivador da equipe escolar, o articulador. E o sistema, as políticas públicas educacionais? Quando as letras impressas na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, terão corpo dinâmico para erradicar as desigualdades de cada unidade escolar da federação? A desigualdade é tão patente que o PDE prevê que, até 2009, todas as escolas tenham energia elétrica. Hoje, quase um milhão de alunos ainda não tem luz e saneamento básico na escola.

Quanto é permitido ao diretor de escola realizar, dentro da sua unidade escolar, projetos com sua equipe de professores, funcionários, pais e alunos? Sou diretora de escola. Sou da primeira geração de diretores do sistema municipal de Ensino Fundamental do Município de Mogi Mirim. Essas inquietações, indagações

e vivências nesses seis anos letivos, levaram-me a desenvolver esta pesquisa: argumentar que a qualidade da gestão democrática não deve estar vinculada à eleição do diretor de escola.

O Município de Mogi Mirim

Mogi Mirim¹ é um município do Estado de São Paulo (Brasil) com estimativa populacional de 93.820 habitantes². Abrange uma área de 500,4 Km²; faz divisas com os seguintes municípios: Norte/Mogi Guaçu; Sul/Santo Antonio da Posse; Leste/Itapira, Oeste-Conchal, Holambra, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho. Está a 150 km de São Paulo.

Junto com os mogimirianos das estirpes mais antigas, os imigrantes e seus descendentes nacionais têm concorrido expressivamente para a vida comunitária local, especialmente nos setores agrícola, comercial, industrial, social, político, cultural, profissional liberal, associativo e de prestação de serviços. Atualmente, Mogi Mirim conta com um pólo industrial, gerando a maior parte de empregos do município com as indústrias como Alpargatas, Marangoni, Monroe, Effen, Eaton e AMBEV. Segundo dados do IBGE, o Fundo de Participação dos Municípios FPM-2006 foi de R\$ 12.627.250,45.

Em Mogi Mirim está localizada a DER – Diretoria de Ensino da Região de Mogi Mirim, que atende atualmente 13 municípios. A DER³ tem sua história a partir do Decreto nº. 7.510/1976, de 20 de janeiro de 1976, na Seção V – Da Coordenadoria de Ensino do Interior; em seu Artigo 14, inciso IV, subordina ao Coordenador de Ensino do Interior 10 (dez) Divisões Regionais de Ensino e cria 77

Delegacias de Ensino, que ficam subordinadas às referidas Divisões Regionais de Ensino.

O mesmo Decreto estabelece que a Delegacia de Ensino de Mogi Mirim fica, a partir desta data, subordinada à Divisão Regional feita pela Lei nº. 8.761, de 08 de abril de 1994, “Dá denominação à Delegacia de Ensino que especifica em seu Artigo 1º - Passa a denominar-se “Prof. Constantino Alves” a Delegacia de Ensino de Mogi Mirim”.

No ano de 1999 através do Decreto nº. 43.948, de 9 de abril de 1999, a Secretaria Estadual da Educação reorganiza as Delegacias de Ensino, passando a denominação para Diretoria de Ensino, ficando a abrangência da Diretoria de Ensino Região de Mogi Mirim com os seguintes municípios: Águas de Lindóia, Amparo, Conchal, Estiva, Gerbi, Itapira, Lindóia, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Santo Antonio de Posse e Serra Negra, e, posteriormente, a partir de 2004 o Município de Holambra.

Segundo a Assistente de Planejamento⁴ da DER, atualmente estão subordinadas à Diretoria de Ensino de Mogi Mirim 75 escolas estaduais, 264 escolas municipais (entre escolas de Ensino Infantil e fundamental) e 83 escolas privadas.

O Município de Mogi Mirim abriga uma unidade da Febem – Fundação do Bem Estar do Menor e um CR – Centro de Ressocialização. Número de Escolas em 2007: 10 escolas estaduais (apenas uma delas de 1ª a 4ª série, a única deste segmento que não foi municipalizada), 32 escolas da rede municipal, sendo que 15 destas com funcionamento do Ensino Fundamental; 10 escolas privadas; uma faculdade particular (Administração de Empresa e Direito), e está previsto para 2008 o início da Fatec – Faculdade de Tecnologia de São Paulo. A participação do Fundef em 2006 foi de R\$ 8.270.710,02.

Em 1986, o futebol projetou o nome da cidade, quando o Esporte Clube Mogi Mirim⁵ subiu para a primeira divisão. Sua fundação data de 1 de fevereiro de 1932; o Esporte Clube possui estádio próprio com capacidade para 26.400 pessoas.

A Municipalização do Ensino no Município de Mogi Mirim

Houve muita resistência à municipalização do Ensino para que Mogi Mirim não assinasse o convênio com o Estado. As entidades de classe da rede estadual organizaram-se e fizeram resistência política. A situação era difícil para a Administração porque as propostas de municipalização não eram aprovadas pela Câmara Municipal. Muitos dos municípios vizinhos já haviam assinado o convênio.

Durante esse processo de municipalização houve implicações de natureza econômico-financeira. O Fundef já havia sido regulamentado. No início de 1998, foi publicado em jornal local que, com R\$ 2.200.000,00 retidos pelo governo no Fundo da Educação, o chamado Fundão⁶, o total de déficit de 1998 deveria ser de R\$ 2.900.000,00. Como Mogi Mirim não havia se municipalizado, esse dinheiro estava sendo retido, não chegando ao município.

A retaliação é acirrada com um movimento da Apeoesp, que envia para o Presidente da Câmara Municipal o Ofício nº. 29/99⁷, de 2 de junho de 1999, com um abaixo-assinado contendo 4.648 assinaturas coletadas pelas Escolas de 1ª a 4ª séries do Município de Mogi Mirim. Nele se manifestam contrários à municipalização, demonstrando-se satisfeitos com as escolas, onde seus filhos estudavam. Este ofício foi encabeçado pelo Professor Ricardo Augusto

Botaro, Coordenador da Apeoesp da Subsele de Mogi Mirim.

Em 1º de maio de 1999, a subsele da Apeoesp de Mogi Mirim reivindicava, com a Sede e outras subseles do Estado de São Paulo, na Praça da Sé, com o movimento “Chama da esperança” aumento de recursos para a Educação, constituição de um sistema único, manifestando-se contra a municipalização. Segundo o vice-presidente da Apeoesp, Ruy Penha, a meta da Secretaria da Educação era municipalizar 19% das escolas do Estado, mas, até aquele momento, só foram municipalizados 5%, a maioria onde havia prefeito do PSDB.

Em Mogi Mirim, as discussões sobre a municipalização foram reabertas em 1999, mas as mobilizações não obtiveram êxito. A Administração Municipal de Mogi Mirim, estando já no seu segundo mandato, querendo mostrar à população as vantagens de o Município assumir as séries iniciais do Ensino Fundamental, inicia a construção de duas escolas de rede própria em locais estratégicos, em comunidades com grande número de moradores, exatamente onde a municipalização estava sendo contestada.

Em 7 de junho de 1999, o presidente da Câmara Municipal, o vereador Milton Dante, envia Ofício de nº. 181/99 ao prefeito Paulo Silva com o despacho rejeitado pela casa, por 10 votos contrários e 6 favoráveis, do Projeto de lei 89/99. (Processo 137/99 Folha 188).

No ano de 2000, foram inauguradas as duas escolas de rede própria para atendimento das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental: EMEF Professor Geraldo Philomeno e EMEF Professora Ana Isabel. As duas novas escolas atendiam um total de 1153 alunos de 1ª a 4ª séries. Mesmo com a rede própria criada, a Câmara Municipal não aprovou a

criação de cargos e abertura de concursos para funcionários trabalharem nessas escolas.

Para essas duas unidades escolares iniciarem suas atividades sem novas contratações, a Administração e o Departamento de Educação e Cultura fizeram os seguintes ajustes: as EMEFs, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, contaram com professores e diretores remanejados da rede municipal de Ensino Infantil.

Houve reenquadramento: os professores puderam optar por serem Professores de Educação Básica I (PEB I) ou de Educação Básica II (PEB II). Os de Educação Básica I permaneceram como Professores da Educação Infantil com quatro horas diárias de trabalho; os Professores de Educação Básica II foram para as EMEFs com cinco horas diárias de trabalho. Para a direção dessas escolas, foram designadas duas diretoras e duas vice-diretoras do setor de EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil). No ano de 2001, com a Lei Complementar nº. 126/01, cria-se um novo estatuto, regularizando esta transposição de reenquadramento. As duas escolas da rede própria funcionam em prédios novos e equipados com laboratório de informática, sala ambiente de artes e biblioteca. Pela estrutura dessas unidades escolares, que contava na grade curricular com aulas específicas de Inglês, Educação Física, Informática e Educação Artística, cenário este de “escola modelo”, que também foi chamada de “municipalização disfarçada”, foi possível a aprovação da Câmara Municipal e foi sancionada e promulgada a Lei nº. 3.484, de 18 de junho de 2001. No Art. 1º: A implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação e Parceria Educacional Estado – Município para o atendimento ao Ensino Fundamental. Outro fator relevante desse momento foi a reeleição do prefeito para o mandato 2001/2004.

Em novembro de 2001, dá-se a abertura de concurso público para preenchimento de vagas de diretor e vice-diretor de escola, coordenador pedagógico, secretário, escrevente, inspetor de aluno, ajudante geral, servente, merendeira e motorista, para atender ao novo sistema de Ensino, que seria implantado no ano de 2002, e para atender às sete novas escolas da rede municipal de ensino. Dessas, seis eram conveniadas; uma era da rede própria. O município, a partir de 2002, teria na rede municipal de Ensino Fundamental um total de nove escolas, três delas da rede própria.

A Prefeitura de Mogi Mirim até a data atual não conta com secretaria. A organização administrativa da prefeitura consta de departamentos. Na época, o DEC (Departamento de Educação e Cultura) era responsável por 24 EMEIs (Escolas de Educação Infantil) com atendimento de crianças de 4 a 6 anos; 10 creches; pelo Zoológico e o Centro Cultural. A partir do ano de 2005, com a posse do novo prefeito, o Departamento da Educação se desvincula do Centro Cultural e do Zoológico e passa a ser denominado Ded – Departamento de Educação.

No ano de 2002, seis escolas foram municipalizadas, duas da zona rural, uma do Subdistrito, e foi criada uma escola da rede própria. Entre o ano de 2003 e 2004, mais 3 escolas são municipalizadas. Entre os anos de 2006 e 2007 foi municipalizada mais uma escola e foram criadas mais duas escolas de rede própria.

No ano de 2007, Mogi Mirim contava com 10 escolas conveniadas, que pertenciam à rede estadual de Ensino, e que foram municipalizadas, e 5 escolas da rede própria.

Em Mogi Mirim, após a implantação do Fundeb, é aprovada pela Câmara Municipal a

Lei nº. 4301 de 15 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a alteração de denominação das unidades escolares:

Cada Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) passa a denominar-se EMEB – Escola Municipal de Educação Básica; Cada escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), passa a denominar-se Escola Municipal de Educação Básica (EMEB); Cada Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) par a denominar-se Escola Municipal de Educação Básica (EMEB); Cada Centro de Educação Infantil (CEI) passa a denominar-se “Centro Educacional Municipal de Primeira Infância. (CEMPI).

A partir de 2007, as escolas que atendiam exclusivamente ao segmento de Ensino Fundamental, passam a atender também ao Ensino Infantil, que funcionava em setores de EMEI. Essas escolas incorporam uma unidade de Ensino Infantil mais próxima. Anteriormente existiam três setores de EMEI; com esta reformulação, hoje existe apenas um setor, que se compõe de seis unidades escolares de Educação Infantil sob a direção de uma diretora, uma vice-diretora e uma coordenadora pedagógica. Antes da municipalização a Prefeitura Municipal contava com 24 unidades de Educação Infantil (EMEI). Na ocasião, essas 24 escolas foram distribuídas em quatro setores regionais, abrangendo a seis escolas em cada setor. A direção dessas escolas ficava a cargo de quatro diretoras e quatro vice-diretores, que percorriam as escolas, que pertenciam ao seu

setor. A partir da municipalização de 2002, as escolas de Educação Infantil, vizinhas aos prédios de Ensino Fundamental, se fundem e passam a se chamar EMEIEF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, diminuindo assim um setor de EMEI. Em 2007, as escolas, que ainda não contavam com esse segmento, em razão da distância entre os prédios, acabam por fazer a junção, mesmo em prédios distantes, que pertençam à mesma comunidade como as EMEBs Dona Sinhazinha, Humberto Brassi e Ana Isabel.

Escola de educação básica professor jorge bertolaso Stella: dados de identificação da escola e seu entorno

Essa escola pertencia à rede Estadual de Ensino⁸, com o nome “Escola Estadual Prof Jorge Bertolaso Stella”, desde o ano de 1982, no Município de Mogi Mirim – SP. Ela funcionava no bairro Morro Vermelho, na comunidade Mirim-Guaçu, que era chamada de bairro do Meio, por sua localização ficar entre os Municípios de Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Por meio do Decreto nº. 3.372 e disposições da Lei Municipal nº. 3.484, de 18 de junho de 2001, essa e mais seis escolas, que pertenciam à rede estadual de Ensino, foram as primeiras escolas a serem municipalizadas no Município de Mogi Mirim.

Em 04 de Fevereiro de 2002, a escola iniciou seus trabalhos de ano letivo como Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Jorge Bertolaso Stella, em prédio novo localizado em outra comunidade do bairro Morro Vermelho - Parque do Estado II. A diretora, concursada, assumiu a direção dessa escola

e também a direção da Escola Municipal de Educação Infantil Reino Encantado (prédio vizinho). Em virtude de a escola ser de pequeno porte, não contou com vice-diretoria no seu quadro de especialistas; uma coordenadora pedagógica dava atendimento uma vez por semana à unidade escolar, e quatro vezes por semana a uma escola maior. No início de 2003, a coordenadora deixou de atender essa escola, e, somente em 2006, todas as escolas do município passam a contar com essa profissional.

A partir do Decreto 3623, de 15 de dezembro de 2003, acontece a unificação dos dois segmentos, passando a ter um único nome: EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Prof. Jorge Bertolaso Stella. O bairro do Morro Vermelho até então não contava com praças ou áreas de lazer. Uma área verde de 19 mil metros quadrados, localizado nos fundos da escola, encontrava-se degradada; o espaço era usado por habitantes do bairro como depósito de restos de materiais de construção e outros tipos de entulhos. Em frente ao prédio de ensino da Educação Infantil havia outra área da Prefeitura, abandonada, de nove mil metros quadrados. Os moradores sentiam-se abandonados por não receberem assistência e melhorias do governo local. As comunidades do Mirim Guaçu e Parque do Estado II diziam morar no bairro do “Nem-nem”, um bairro que não pertencia nem a Mogi Guaçu, nem a Mogi Mirim.

No ano de 2002, o bairro contava com posto de saúde, dois pequenos mercados, funilaria, algumas pequenas igrejas (diversas religiões), depósito de ferro velho, uma boate, e um *drive-in*. Na comunidade ainda não existe farmácia, bazar, ou qualquer outro tipo de comércio que gere emprego. Com famílias de baixa renda, na maioria moradores de casa populares

financiadas, ainda há muitos terrenos baldios e projetos de construção de mais casas populares. À escola, quando funcionava na comunidade do Mirim-Guaçu, as pessoas se referiam como “chiqueirinho”. A direção assume a escola com novos paradigmas sobre educação, o que assusta um pouco a comunidade, professores e funcionários. A intenção da direção era oferecer um ensino formal na busca de qualidade de ensino da escola pública, que fosse motivadora, dinâmica e dialógica, muito além do giz e da lousa, do livro didático e da criança passiva. Trazia pressupostos de que a educação escolar deveria ultrapassar os alambrados da escola e envolver a comunidade.

A escola em 2002 iniciava suas atividades em prédio novo com nova localização, mas o público atendido contava com os mesmos moradores de quando a escola funcionava na comunidade do Mirim-Guaçu. Dos sete professores do Ensino Fundamental, cinco eram professores da antiga escola. Com a municipalização, esses professores assinaram o convênio entre escola e município. Eram, portanto, professores da rede estadual de Ensino, que iriam prestar seus serviços à rede municipal. É comum a rotatividade de diretores nas escolas estaduais paulistas. Isso era um fato na antiga escola: a troca constante de diretor. Como a escola era pequena, também nunca teve coordenador pedagógico. Isso fez com que as professoras daquela escola criassem certa independência, no sentido de “levarem a escola”; cada uma fazia o que podia para sua classe; o cotidiano da escola acontecia em nível individual e não coletivo, bem no modo “cada um por si”.

Por outro lado a comunidade demonstrava um comportamento um tanto displicente frente à escola: os pais entravam na escola à hora que quisessem e iam direto à porta da sala de

aula falar com a professora; atrasos de entrada e saída dos alunos eram constantes; muitos alunos faltosos; o uso do uniforme era facultativo; havia muita fofoca em relação à unidade escolar em rodinhas de mães no portão da escola. Na ocasião havia muitos alunos com defasagem idade série, em consequência do Ciclo Básico e Progressão Continuada implantados pela Secretaria do Estado de São Paulo. Os alunos mostravam comportamentos agressivos, mesmo nas brincadeiras.

No prédio da Educação Infantil, que já pertencia à Prefeitura, também não era muito diferente. Como não havia secretaria, e o diretor vinha à escola algumas vezes ao mês⁹, as professoras também tinham de resolver quase tudo sozinhas, desde matrículas até transferências e encaminhamentos dos alunos, atendimento ao telefone e aos pais no horário de aula.

O estoque de material escolar neste ano estava a zero, só chegando ao final do ano. Por outro lado, chegavam materiais permanentes, que não pedíamos como máquina de escrever e calculadoras elétricas.

Essa é uma pequena amostra da Escola, na época em que foi municipalizada. Ou dava-se continuidade a uma escola que na verdade já existia e estava impregnada de descaso administrativo, político e pedagógico, ou ter-se-ia muito trabalho a fazer, nas partes interna e externa da escola. Optou-se pela segunda alternativa.

Essa opção aconteceu por dois fortes motivos: a diretora, que assumia no ano de 2002, possuía vasta experiência como professora e coordenadora pedagógica na rede estadual de ensino, e como professora e orientadora educacional na escola privada. O segundo motivo foi de caráter ideológico: muito mais do que se exige da função do cargo de direção – que é a de administrar uma escola pública –, fato que

a história da educação imprime como insatisfatória, principalmente a partir da promulgação de “escola para todos”, no final da década de 70.

Idealizar uma escola pública, que pudesse ofertar um ensino tão bom quanto a escola privada, acreditar que as crianças das classes menos favorecida pudessem ter oportunidade de aprender, conhecer, saber fazer e ser, parecia utópico para alguns. Estudos apontam que a estrutura e a história sócio-cultural da família de cada aluno poderão influenciar o desenvolvimento da aprendizagem, mas o objetivo era diminuir essa profunda desigualdade entre alunos de escola pública e particular cada vez mais acentuada neste país. Resumindo, seria uma escola onde nossos filhos pudessem estudar.

Geralmente, os profissionais da educação da escola pública fazem um grande esforço para proporcionar a seus filhos uma educação em escola particular. Isso significa que não acreditamos no sistema em que atuamos. Se conhecemos, trabalhamos e não acreditamos nesse sistema, é porque desconfiamos que ele seja eficaz no sentido de transmissão e apropriação de uma educação formal.

A escola em 2002 funcionava em dois períodos, manhã e tarde, com onze classes, contando um total de 296 alunos. Houve um intenso trabalho de conscientizar os alunos de que meio ambiente é todo local onde se vive, e da importância da conservação da escola, de usufruir o espaço de uma escola bonita, e deixá-la conservada. A escola possui vários vasos com plantas, um bonito jardim. Este é o 6º ano de funcionamento neste prédio, que continua muito conservado, sem riscos e marcas de pés e mãos nas paredes; as crianças não pisam na grama, não rabiscam carteiras, não picham o banheiro. A comunidade respeita a escola que, até a presente data, não foi alvo de vandalismo

e depredação. A comunidade faz uso da quadra de esportes da escola; a Pastoral da Criança usa o espaço da escola uma vez por mês. Grupo de jovens da Paróquia Santo Antonio da comunidade Mirim-Guaçu, com frequência, também fazem uso do espaço da escola nos finais de semana. Acredito que o trabalho de cidadania e educação ambiental (temas permanentes da escola) está alcançando os objetivos propostos.

No ano de 2007, a parte física da escola era constituída de dois prédios distintos, designados como Bloco I e Bloco II. O primeiro foi construído para o funcionamento da escola municipalizada; o segundo era o prédio já existente, onde funcionava a EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil. O Bloco I é composto de seis salas de aula, uma sala de videoconferência, um laboratório de informática, cozinha, refeitório, almoxarifado para produtos e materiais de limpeza e materiais das aulas de Educação Física, uma quadra poliesportiva, lavanderia, um banheiro com cinco sanitários femininos e outro com cinco sanitários masculinos – os dois banheiros possuem um espelho grande para visualização do corpo inteiro e um vaso com planta natural –; os três espaços do pátio são cobertos. O prédio administrativo possui secretaria, salas dos professores, sala da direção e da coordenação e dois sanitários. Neste bloco funcionam pela manhã duas classes de 5ª série, duas de 4ª série e duas salas de 2º série.

À tarde funcionavam duas salas de 2º série e duas salas de 3ª série. No período da noite uma classe de Educação de Jovens e Adultos multisseriada (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental), uma classe de 8ª série. Ainda no período da noite, também funciona uma classe da Pedagogia Cidadã, convênio Prefeitura e Unesp (Universidade Estadual de São Paulo). No período da noite, desde o primeiro semestre

de 2006, funcionam cursos profissionalizantes (dois cursos por semestre), destinados aos moradores da comunidade.

No início do ano letivo de 2007 foi feita a ampliação do Bloco II, com a construção de mais quatro salas, um almoxarifado e um banheiro para deficientes físicos. Atualmente, funcionam nesse bloco três salas de aula destinadas à Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, uma brinquedoteca, uma sala de educação artística, uma sala de balé, uma biblioteca, sala dos professores com sanitário, uma cozinha com refeitório, uma lavanderia, um almoxarifado, pátio coberto, cinco sanitários femininos e cinco masculinos e um playground.

O número de alunos em 2002 era de 296; em 2007, 420. Pelo número de alunos, a escola é considerada pequena, em comparação com outras da rede municipal de Mogi Mirim; entre treze escolas da rede municipal, apenas quatro são menores do que esta, em número de alunos.

O idealismo solitário por parte da direção não seria suficiente para as transformações política, social e pedagógica da escola. Este desejo teria de ser coletivo, com a participação de todos. Diagnosticar a escola real, que tínhamos, e saber qual a escola ideal, que desejávamos, a fim de planejar as ações e saber quais os caminhos a serem seguidos. Para iniciar este processo precisávamos de um projeto que envolvesse todos – professores, funcionários, pais, alunos e comunidade, para que o governo local acreditasse no nosso trabalho e na força resultante da união da escola com a comunidade. A participação na gestão da escola constitui uma forma concreta de contribuir para o desenvolvimento da democracia na escola e na sociedade. Segundo Werle (2003, p. 148), na medida em que estamos num momento histórico, há uma nova compreensão dos indivíduos e suas instituições, “não tratam-

do os indivíduos isolados uns dos outros, mas como seres de relações participantes de várias instituições que se inter-relacionam [...]”

A Escola não é serva do sistema, porém necessita dele para democratizar

A administração da Educação sob o enfoque de gestão democrática não significa apenas a participação de todas nas decisões, é necessário o apoio financeiro dos órgãos superiores, bem como autonomia pedagógica para a unidade escolar. À medida que a comunidade local se fortaleceu, promoveu a qualificação da educação na unidade escolar, não apenas na sala de aula, mas atividades extras para uma comunidade carente.

Existe a complexidade no processo participativo, propostas de hierarquia, do sistema, Diretoria de Ensino, Departamento da Educação, Secretaria da Educação com a comunidade escolar. Algumas ações (abaixo relatadas) tiveram importante engajamento da comunidade.

No ano de 2007, iniciaram-se as aulas de balé clássico, musicalidade com flauta doce e aulas de percussão. Ao invés de crianças se deslocarem para o Centro Cultural para terem estas aulas, o professor é quem vai até a escola. Para chegar ao Centro Cultural, os pais têm que pegar ônibus, pagar duas passagens: a dele e da criança. Além disso, as vagas no Centro Cultural são disputadas por crianças de todo o município. Essas aulas são ministradas por um professor formado, contratado pela Prefeitura.

Já as aulas de música são ministradas pelos professores da Banda Lyra de Mogi Mirim, convênio entre a Banda Lyra e Prefeitura. Estas aulas tiveram início no começo de 2007.

Um pedido da direção da escola, atendido pela Administração Municipal, refere-se às aulas de ginástica para a comunidade. Nos anos anteriores, tínhamos uma professora formada, que ministrava essas aulas à comunidade como voluntária.

Os alunos têm aula de futebol de campo, ministrado por um professor, também contratado pela Prefeitura. Essas aulas são realizadas no campo da área de lazer em frente à escola: Futebol feminino e masculino. Rendimento satisfatório na aprendizagem e freqüência à escola são requisitos para participarem da aula de futebol, que acontecem desde o ano de 2005. Nos anos anteriores, essas aulas eram ministradas por um morador da comunidade, que também era presidente da Associação de moradores do bairro.

Nos anos de 2004 e 2005, eram oferecidas aos alunos aulas de karatê por um voluntário da comunidade. O jovem monitor mudou de bairro e os alunos deixaram de ter esse esporte.

Nos anos de 2006 e 2007, foram oferecidos à comunidade cursos profissionalizantes de informática básica, elétrica, auxiliar administrativo, auxiliar de Recursos Humanos e inglês básico. O oferecimento desses cursos resultou de um Convênio firmado entre a Prefeitura de Mogi Mirim com a Escola Técnica do Estado e o Senai.

Em 2006, abrimos o segmento do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Em 2008, não teremos mais esse segmento, pelo fato de não haver mais demanda na comunidade para esse ensino.

Os alunos das 5^{as} séries regulares têm 2 horas e 45 minutos de reforço semanais de português e matemática, ministrados pelos mesmos professores destas disciplinas, que lhes ministram aulas pela manhã.

No ano de 2007, os alunos de 4^a e 5^a série passaram a ter aulas de *street dance* em período diferente das aulas regulares, ministradas por duas voluntárias da comunidade.

Até o ano de 2006 os alunos de 1^a e 2^a série tinham aula de reforço em período diferente; no ano de 2007, o Departamento de Educação cortou esse profissional por acreditar que a escola não necessita de professor de reforço. A direção da escola contestou inutilmente esse parecer. Segundo o Departamento, outras escolas necessitam mais. Orientam-se nesta afirmativa pela Avaliação Externa do ano de 2006 e por uma reescrita em 2007, dos alunos de todas as séries, realizadas por todos os alunos da rede municipal de Mogi Mirim em atendimento ao Ded.

Desde ao ano de 2004, a comunidade estava reivindicando que seus filhos dessem continuidade aos estudos nesta mesma escola até a conclusão da 8^a série do ensino fundamental regular. A rede municipal de Ensino de Mogi Mirim atendia creche, Educação Infantil e alunos de 1^a até a 4^a série do Ensino Fundamental; de alunos de 5^a a 8^a, destinado apenas para modalidade de EJA. A comunidade se reuniu, fez abaixo-assinado e realizou algumas reuniões com o Departamento da Educação, no final de 2006; o governo municipal autorizou a abertura desse ensino nessa escola. Em 2007, foram abertas duas salas de 5^a série, e progressivamente estenderemos até a 8^a série. Essa conquista, de expressão de vontades e ações de suas forças, ratifica que as comunidades do Parque do Estado II e Mirim Guaçu passam por uma transformação. Cada uma dessas ações representa um passo em relação a democracia na unidade escolar no exercício de cidadania na união dessas duas comunidades.

A filosofia da Escola Professor Jorge Bertolaso Stella

No ano de 2001, no Bairro do Parque do Estado II – Mogi Mirim, a construção do novo prédio da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jorge Bertolaso Stella” estava em andamento. O prédio, com área de 862,92 m² de construção em blocos de alvenaria, num projeto simples, seguiu os padrões das escolas municipais do município. Na parte externa há uma quadra poliesportiva de 600 m² e uma área livre descoberta de 1000 m².

A história real do Professor Jorge confirma que a educação transforma, mesmo, apesar da origem histórica e sócio-cultural de cada aluno. O nome da escola não só foi mantido, como também é símbolo que representa esperança e perseverança para todos desta unidade escolar, que queiram uma escola de natureza democratizante, em oposição a uma escola de ensino que discrimina, massifica, normaliza e seleciona.

A escola tem como filosofia não subestimar os alunos pelo seu histórico social. Contamos com alunos de pais ignorados, órfãos; de famílias que moram em casas cedidas; alunos que foram abandonados ou sofreram maus tratos pelos pais e moram na Casa Abrigo; alunos que vieram de classe especial, (no ano de 2007 ainda contamos com dois pais e duas mães de alunos que estão cumprindo pena em regime fechado); aluno órfão de mãe suicida; alguns alunos que moram com os avós, ou com terceiros. A escola entende que estes alunos são resultados de falhas familiares, políticas e sociais; a escola se esforça para não cometer outro erro na vida desses alunos: a falha pedagógica. A equipe escolar tem se empenhado na realização de trabalhos de qualidade nesse sentido. Por isso, pensamos uma escola aconchegante, motivadora, desafiadora, participativa, num ambiente limpo.

Procura-se focar a arte em todas as suas expressões: trazer peças de teatro, coral,

orquestra, grupo de serestas para a escola; levá-los a visitar empresas, e comemorar os aniversariantes do mês. Procuramos entender a situação do aluno, mas não deixar de exigir o que se espera deles: horas de estudos; que não falem sem justificativa; realização da lição de casa (pelo regimento interno, os alunos têm lição casa de segunda a sexta-feira); capricho nos cadernos cuidados com os materiais escolares; higiene pessoal, e vivenciar práticas altruístas. Um exemplo positivo desse esforço é o resultado da avaliação de uma aluna que estava na 2ª série em 2006, cuja mãe estava e continua em reclusão penal. E, apesar de morar com o avô, tia e um primo mais novo, obteve o maior resultado de toda escola na avaliação externa da rede municipal.

O resultado dessa avaliação foi divulgado para toda a comunidade escolar, que tem conhecimento da situação da mãe. Essa criança não tem sido alvo de discriminação por parte dos colegas e comunidade; ela também participa das aulas de flauta e balé e foi eleita pelos colegas como a baliza oficial da fanfarra, após disputa entre outras candidatas. A escola não pode mudar o fato de a aluna ser filha de uma presidiária, mas pode fazer menos traumática sua infância, por meio dos êxitos e oportunidades escolares.

Atividades diversificadas, de desafios, projetos interdisciplinares, artes plásticas, poesia, dança, musicalidade, teatro, tecnologia, vivências, que permitam aos alunos ter acesso à cultura, aprender, construir e formular hipóteses, criar, e principalmente, conhecer. O mundo mudou; a escola tem que estar aberta a essa nova realidade das mudanças. Essa proposta inicia a todos, desde os alunos pequenos.

A educação infantil e o ensino fundamental vêm desenvolvendo ao longo dos seis últimos

anos projetos em conjunto na parte didático-pedagógica, comemorações e festividades. Logo, a criança do maternal e o aluno da 5ª série estão envolvidos com o mesmo tema; a escola funciona com a mesma proposta. Entretanto, o que se espera é que a cada ano letivo os alunos se desenvolvam e se apropriem de maior conhecimento dos conteúdos. A escola entende esse processo como desenvolver as habilidades em direção à competência.

A criança de 3 e 4 anos inicia seu conhecimento do mundo por meio da educação formal, nos diversos assuntos da escola de Educação Infantil: corpo humano, higiene, elementos da natureza, família, zonas rural e urbana, estações do ano, ações da natureza, entre outros.

A razão do mesmo projeto, com níveis diferenciados, com relação à idade e série, tem início na Educação Infantil, porque é nessa fase que a criança começa a entender significados e fazer relações. E essa compreensão, por meio do pré-operatório, do brincar de faz-de-conta, dos jogos simbólicos, da música, nas tentativas de combinar movimentos do corpo, das garatujas, da pintura, que se dá por meio do outro, ou seja, nas relações em que se apropria do conhecimento. Se o sistema de ensino de Mogi Mirim oportuniza três anos de escolaridade pré-escolar – Educação Infantil e mais oito de Ensino Fundamental – esse aluno, ao chegar à 5ª série, deve ter, por exemplo, conhecimento sobre água, muito além do que saber que se encontra no planeta nos estados sólido, líquido e gasoso. Tampouco na quinta série poderá dissertar apenas que o corpo humano é constituído de cabeça, tronco e membros, e que da árvore é possível extrair flores, frutos, madeira e oxigênio.

Deixamos bem claros aos pais os objetivos da Educação Infantil, que não tem caráter de

creche, para onde os pais mandam os filhos para poderem trabalhar. Mostramos a importância desse ensino, que deve ser acompanhado pelos pais, com seriedade e importância. Nessa fase, os alunos são mais bem avaliados. A partir do Ensino Fundamental, os pais ficam sabendo do desenvolvimento do seu filho por meio da nota, resultado final das avaliações. É a nota que irá indicar ao pai o dia a dia do seu filho na escola.

Um grande número de encaminhamentos realizados por essa escola nos últimos anos tem sido feito nesse segmento à fonoaudiologia, à psicologia, à neurologia, à oftalmologista e à assistente social. Acredita-se que, quanto mais cedo houver interferência, melhores serão os resultados na vida escolar do aluno.

Retrospectiva das atividades da escola de 2002 a 2007

Educação ambiental, cidadania, percepção, valores e atitudes têm sido desenvolvidos ao longo dos últimos seis anos com a participação dos pais de alunos e comunidade. Estas ações foram reconhecidas pelas premiações:

1º lugar da cidade de Mogi Mirim no Prêmio Chamex – Terra Escola, promovido pela International Paper 2002/2003, com o Projeto Bosque do Compromisso – Percepção Ambiental.

Em 2004, obtivemos o 2º lugar na categoria cidadania e saúde, com sete cidades participantes no concurso Meio Ambiente e Escola, promovido pela Embrapa/Motorola com o projeto Agente Cidadão: Exercendo Cidadania no Lugar Onde Vivo.

Por quatro vezes a escola e a comunidade do Parque do Estado II receberam da Câmara Municipal de vereadores votos de congratulações pelas ações desenvolvidas. No ano de 2004, recebemos uma mensagem do desenhista Mauricio de

Sousa em fita de vídeo parabenizando os alunos e a escola pelos projetos desenvolvidos. É comum nesta escola a prática de ações educativas fora dos muros da escola: passeatas, pesquisas, mutirões, gincanas.

Desde o ano de 2004 o Ensino Infantil e Fundamental desenvolve o projeto: História da Arte.

Em 2005 o Departamento da Educação de Mogi Mirim reconheceu o trabalho de alfabetização que foi elaborado por nossas professoras, o qual vinha sendo utilizado nos últimos dois anos. O material para o ano de 2006 foi reavaliado; foram feitos alguns ajustes, e, no ano de 2006, as apostilas passaram a ter quatro volumes (um por bimestre).

Desde o ano de 2005, as 3^{as} e 4^{as} séries trabalham com um material de ciências produzido pelos professores, cada série se aprofunda num dos temas: terra, plantas, animais e água.

Ao final dos anos de 2002, 2003 e 2004, a escola montou uma exposição dos trabalhos realizados pelos alunos durante o ano, para que os pais vissem e entendessem o trabalho desenvolvido e realizado através de projetos. Na ocasião, ficavam expostos livros confeccionados pelos alunos, maquetes, pinturas em tela, confeccionados pelas crianças, relatório do desenvolvimento das ações, e havia também apresentação de dança e teatro dos alunos.

De 2002 a 2004, a escola trabalhou continuamente a educação ambiental e a cidadania. No planejamento do início do ano de 2005, a equipe reconheceu que os alunos internalizaram esse conceito, por meio de atitudes – no interior da escola não se encontrou sequer um papel de bala no chão, o patrimônio estava conservado, já faziam coleta seletiva nas suas casas. A equipe resolveu que a ênfase maior do projeto pedagógico do ano de 2005 seria Ciência Aplicada:

estudar fenômenos. É da natureza da criança a curiosidade; por este motivo o nome do projeto de 2005 foi “Aluno curioso”. A Educação Infantil desenvolveu o tema “Astronominha: viajando pelo sistema solar” (tema gerador: filmes “Lilo e Stitch” e “Os Incríveis”). As classes foram divididas pelas turmas: da Terra, do Sol, Nave Espacial, Estrelas, Foguete e Lua. O tema da festa do dia das mães foi: “Mãe, estrela guia”.

Neste ano a escola trouxe o Planetário Móvel de Londrina. Todas as crianças da escola e alguns pais de alunos tiveram acesso à seção. Se fôssemos levar os alunos ao planetário de Campinas, como havíamos planejado no início do ano, nem metade das crianças poderia ter oportunidade de visita em razão do custo. Como a intenção era que todos os alunos tivessem acesso a esse conhecimento de uma forma mais interativa. Contratamos o Planetário Móvel, e cobramos cinquenta centavos a mais por ingresso; com este excedente foi possível custear o ingresso dos alunos carentes.

Os alunos do Ensino Fundamental aprenderam ciências por meio de experiências; ao final do ano realizamos a Feira de Ciências, na qual os alunos foram os protagonistas, explicaram aos visitantes os fenômenos científicos desenvolvidos durante o ano. A Feira de Ciência foi avaliada pelos pais e obteve grande êxito; pediram que este evento fosse realizado anualmente.

No dia 7 novembro de 2006, aconteceu a II Feira “Aluno Curioso”, que teve como protagonistas seus 290 alunos da Pré- Escola à 4^a série. O projeto trabalhado em 2006 foi “O jardim da nossa infância”. Ao final da visita as pessoas fizeram por escrito avaliação da Feira. Cada sala apresentou um conteúdo com profundidade sobre determinados assuntos: As 1^a séries apresentaram “O jardim de cada um”, durante o ano fizeram um jardim com plantas

medicinais; as 2ª séries apresentaram o tema “Abelha”; a 3ª série A o tema foi “Aromas e Corantes”, em que durante toda a feira fizeram sabonetes para os visitantes; a 3ª série B apresentou “Bichos de jardim”, com casulos e sapos vivos, que os próprios alunos criaram em sala de aula; a 4ª série A apresentou “Água” com experiências com água em todos os seus estados, chamando atenção para a baixa porcentagem de água doce no planeta; a 4ª série B trabalhou o Tema “Órgãos dos Sentidos”, divertindo muito os visitantes com experimentos do olfato, do paladar, do tato e da visão. A Educação Infantil apresentou um lindo jardim natural em meio a livros e telas confeccionados pelos alunos sobre a natureza dos bichos de jardim e histórias infantis, em que contemplam a natureza, levando os pequenos a ter conhecimento de um mundo, onde acontecem os fenômenos.

No pátio da escola estavam expostas telas pintadas por todos os alunos, que neste ano trabalharam com os artistas Aldemir Martins, Monet e Van Gogh. Durante todo o evento, que aconteceu nos três períodos, com cerca de 1.500 visitantes, houve projeção contínua de vídeo das atividades realizadas durante todo o ano letivo. No período da noite a Feira contou com a apresentação da Banda Lyra e do Grupo Seresta, que enriqueceram o evento com músicas populares brasileiras.

No ano de 2005 e 2006, a Sra. Geci de Souza Fontanella, jornalista com especialização Editorial pela PUCamp, mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Metodista de Piracicaba, desenvolveu seu projeto de pesquisa nesta unidade escolar com a Educação Infantil e Fundamental com o projeto “Animação: uma alternativa na Educação” que tem como foco

os recursos audiovisuais como alternativa na educação escolar.

Geci apresentou parte de sua pesquisa na Escola Superior de Leiria – Portugal – na III Jornadas de Reflexão – Tendências, no dia 12 de abril 2005, e ministrou aula aberta dirigida a Professores e Professoras do Ensino Infantil e Fundamental, no dia 13 de abril. Apresentou os projetos pedagógicos realizados por esta EMEIEF desde o ano de 2002. Levou material desenvolvido por esta escola, fotos, vídeo, reportagens e trabalhos produzidos pelos alunos.

No ano de 2006, após ter defendido sua pesquisa, obtendo o título de mestre, esteve na escola com a pesquisadora Susana Henriques, de Portugal, para dar a esta a oportunidade de conhecer de perto o trabalho da escola: teve boas impressões.

No ano de 2005, a escola foi reconhecida com o selos Escola Solidária e Projeto de Voluntariado do Instituto Faça Parte.

Em novembro de 2005, a diretora da escola participou do I Encontro Internacional de Educação, onde apresentou trabalho sobre a Escola Prof. Bertolaso Stella com o tema “Caminhos possíveis e realizáveis dentro das condições atuais de escola pública”, promovido pela Prefeitura de Gravataí (RS), realizado pela Petrobrás, Unesco, Inep – Integrar/CUT – Ministério da Educação.

Ao final do ano de 2005, os pais de alunos avaliaram a escola com 9,4. Sem dúvida este é o reconhecimento dos esforços de toda a equipe escolar, fazendo com que acreditemos que realmente este é o caminho, para continuarmos buscando uma escola pública de qualidade.

No ano de 2006, o Projeto da escola foi “O Jardim da nossa infância! Trabalho interdisciplinar de aprender, saber fazer e ser (ações)”. Tema Gerador: os filmes “O Jardim Secreto” e

“O Grilo Feliz”. Por meio do conhecimento e ação realizou-se um projeto de jardinagem, objetivando a reconstrução do jardim, destruído pela equipe de manutenção de serviços da prefeitura durante as férias de janeiro deste ano. Este ato causou repúdio de toda comunidade escolar. No planejamento do início do ano resolveu-se que os jardins iriam ficar mais bonitos do que estavam. Este projeto tinha como objetivo, desenvolver nos alunos um espírito crítico, de solidariedade, de cooperação, de luta e persistência, além do conhecimento científico, da conscientização ambiental e da apreciação da beleza da paisagem do lugar onde vivem.

Em março deste mesmo ano foi realizado o VI Concurso interno de Poesias. Todas as séries do Ensino Fundamental trabalharam no mês de março este gênero literário. A seguir, houve o concurso em duas fases; os alunos puderam optar pelos seguintes temas, referentes ao mês de março: circo, dia internacional da mulher, outono, oração, escola e poesia. Neste mês foram trabalhadas também as poesias da poetisa e membro da Academia Guaçuana de Letras, Fátima Filon, que esteve na escola para participar, com os alunos, do Sarau Literário no Dia da Poesia. Oficinas e participação no concurso: Escrevendo o Futuro da Fundação Itaú com o tema: “O Lugar Onde Vivo”. Texto selecionado pela escola. A escola participou das três edições desse concurso.

Participação no evento promovido pelo Instituto Faça Parte, realizado no dia 26 de agosto, em São Paulo - SP no Colégio Santa Cruz- Alto de Pinheiros. A escola levou um grupo de 8 alunos, alguns professores, inspetora de aluno e uma mãe de aluno. Os alunos apresentaram um documentário em *data show* dos projetos sobre educação ambiental realizados na escola desde o ano de 2002. Foi uma

troca de experiências bem-sucedidas de voluntariado educativo: esse foi o objetivo do II Encontro de Escolas Solidárias. Pelo segundo ano consecutivo, o Instituto Faça Parte promoveu essa mostra de projetos sociais desenvolvidos por escolas de educação básica certificadas pelo Selo Escola Solidária 2005. Foi um dia dedicado à comunidade escolar, durante o qual alunos e educadores de cerca de 110 escolas paulistas mostraram ao público seus projetos de voluntariado educativo, isto é, ações sociais, que melhoram as comunidades em que as escolas estão inseridas e complementam o processo de ensino-aprendizagem.

A Escola e a Comunidade

A comunidade é uma entidade da vida social assinalada por certo grau de coesão social. Segundo Maclver & Page (1973, p. 123) “as bases da comunidade são a localidade e o sentimento de comunidade. A comunidade ocupa sempre uma área territorial”.

Segundo os mesmos autores, em sua grande maioria, as comunidades são fixas e extraem das condições de sua localidade um forte laço de solidariedade. “Até certo ponto esse laço local tem se enfraquecido no mundo moderno em virtude de se estenderem os meios de comunicação; isso é particularmente evidente através da penetração de padrões urbanos dominantes em áreas rurais”. (Ibid).

No caso de alguns autores, a comunidade tem representado as relações orgânicas que existem no mundo dos animais e nas plantas, e que se podem encontrar nas relações humanas bem como entre organismos da mesma es-

pécie, ou espécies diferente. Outros citam a comunidade mais como relação psíquica que orgânica e tem consequentemente ressaltado o consenso sobre simbiose e a ação coletiva sobre a divisão de trabalho. (WIRTH, 1973, p. 82)

Segundo Louis Wirth (1973), o que torna toda a comunidade uma sociedade é, aparentemente, o fato de a vida social humana invariavelmente envolver certo grau de comunicação (p. 85). O autor cita Dewey, afirmando que há mais de um laço verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação. Os homens vivem numa comunidade em virtude das coisas que têm em comum, e a comunicação é a maneira pela qual passam a possuí-las em comum. “Toda comunidade, portanto, tem sempre esses dois aspectos: o de viver juntos, de um lado, e o de participar de uma vida em comum, de outro”. (p. 85)

A comunicação com a comunidade tem sido um laço constante entre comunidade e escola. No ano de 2002, a comunicação foi um dos fatores relevantes da mudança de comportamento dessa comunidade. A comunidade teria que ver a escola como algo importante na localidade onde moram e na vida de seus filhos; os pais teriam que confiar e acreditar na educação formal dos seus filhos, sentir orgulho da escola em que seus filhos estudam; participar da vida escolar dos filhos, podendo opinar, sugerir, discordar, dar sugestões para a escola e ser membros do Conselho Escolar e APM (Associação de Pais e Mestres).

Para conhecer melhor os pais e o que esperavam da escola, responderam um pequeno questionário no ano de 2002. As respostas de-

monstraram o desejo que tinham de uma escola de boa qualidade e que seus filhos aprendessem.

Para melhor organização da escola, foram estabelecidos horários específicos para o atendimento de pais que quisessem falar com o professor de seu filho, também foi exigido o uso da camiseta da escola, doada pela APM aos alunos carentes.

Nas reuniões constantes que tínhamos com os pais, usávamos o discurso de que dúvidas e críticas se levam à direção e não devem ser tratadas no portão da escola. A direção sempre esteve pronta a atender aos pais, sem a necessidade de agendar hora. Mais tarde estas e outras normas foram registradas no regimento interno da escola e formuladas junto ao Conselho Escolar; hoje estas normas são cumpridas normalmente.

Cada aluno da escola possui uma agenda, que é um instrumento de comunicação com os pais; a média é de 112 o número de comunicados aos pais durante o ano. Fora este mecanismo, usamos cartaz no portão e no posto de saúde.

A sociedade funda-se na diferença, tanto quanto na semelhança, segundo Maclver & Page (1973). Na sociedade cada membro tanto procura alguma coisa como dá também alguma coisa: a família, aptidões, interesses. Alguns pais mais empenhados ajudavam no que podiam: chumbar um armário, dar aulas de ponto cruz, aula de capoeira, construir uma casinha de alvenaria (casa de bonecas), atuar como membro da APM e do Conselho Escolar; faziam pesquisa na comunidade das famílias mais carentes, ajudavam nos eventos e participavam das passeatas que a escola realizava nas comunidades do Parque do Estado II e do Mirim Guaçu. Atualmente o Departamento de Educação de Mogi Mirim conta com assistente social, o que não tínhamos na época.

Estando no sexto ano consecutivo na mesma escola, conhecemos mais a comunidade e suas carências. Mesmo assim, ainda é comum pais avi-

sarem a escola, quando alguma família passa por necessidades, ou comunicarem algum fato de negligência dos pais em relação a seus filhos.

O comportamento dos pais tem demonstrado uma mudança positiva em relação à escola. Alguns pais mantinham certa desconfiança em relação aos reais objetivos da direção, achando que toda esta mudança e empenho com a escola e a comunidade estavam imbuídos de um caráter eleitoral. Somente após as eleições municipais de 2004, os pais realmente se desarmaram contra a direção da escola.

Em 2002, alguns pais fizeram denúncia da escola a um jornal local, “A Comarca”, pelas atividades realizadas com os alunos fora da escola: passeata contra a dengue, passeata para o uso racional da água, passeata pela paz, passeata para desenvolvermos projetos ambientais junto com a comunidade, entrevista com os moradores, observação e avaliação dos locais públicos da comunidade, entrega de avisos de conscientização elaborada pelos alunos para a comunidade, enfim, estas ações educativas, fora da sala de aula, no início não foram compreendidas por alguns pais de alunos.

Com os resultados positivos da escola ao longo desses anos, que muito se devem pela participação dos pais, acabaram criando um vínculo com a escola. Desde o final do ano de 2003 os pais avaliam a escola e o professor de seu filho, sem precisarem se identificar. Respondem a um questionário destacam os pontos positivos e negativos do ano letivo, e dão sugestões para o ano letivo seguinte. Ao final da avaliação, dão uma nota para a escola e uma para a professora de seu filho.

A leitura que a escola faz desses dados respondidos pelos pais é muito importante. Após tabulados, são repassados e avaliados com os professores e com todos os funcionários da es-

cola, no primeiro dia do planejamento do início do ano seguinte. Também são comentados e repassados resultados aos pais em reunião do início do ano letivo seguinte procurando melhorar os pontos críticos e atender às sugestões, apontados pela maioria dos pais. A média da escola nos últimos quatro anos teve um *score* de 9,4.

No ano de 2004, época de eleições municipais, a unidade escolar realizou o “Encontro Comunidade e Candidatos a Prefeito”. Esta prática não é comum nas escolas públicas, porém, acreditava-se que a escola é um local político, e não de politicagem. Esse fato não agradou à administração municipal da época. Esta fez pressão para o cancelamento do evento. Mesmo assim o Encontro foi realizado, já contávamos com orientação e Parecer favorável do TSE e com a homologação para esta atividade da juíza do Cartório Eleitoral de Mogi Mirim. A reportagem de 14 de junho de 2006, veiculada como “Vexame nacional, por que o Ensino Fundamental é tão desastroso?”, preocupou a escola, pois muitos pais poderiam generalizar esse resultado.

O Ministério da Educação está estudando a criação de um fundo de financiamento específico para reformar o ensino básico no Brasil. Mas o problema é urgente, como mostrou o Fantástico, que aplicou um teste em quase 300 alunos da quarta série do Ensino Fundamental da rede pública. Na prova de português, com textos curtos e fáceis, muitas respostas em branco; 28,1% dos alunos erraram mais da metade da prova. Na de matemática, ninguém tirou dez; 3% tiraram zero; muitos, sequer entenderam o enunciado das questões. Como esta: “João está pensando - ‘minha aula come-

ça às 7h30 da manhã. Levo 20 minutos para chegar à escola'. Para não se atrasar, João deve sair de casa até...?" A resposta certa seria 7h10. Um aluno mostra que não entendeu nada do que leu e escreveu "escola", em vez de fazer a conta.

A escola aplicou a Prova do Fantástico aos alunos da 4ª série, resultando o *score* de 9,1 em matemática e 9,5 em português. Corria-se o risco de pais generalizarem o caos da escola pública mediante a pequena amostragem, que a Rede Globo divulgou como "Vexame Nacional".

Gestão da Equipe Escolar

Entende-se aqui como 'equipe escolar' todos aqueles que no espaço interno da escola trabalham em prol do desenvolvimento do aluno: direção, professores e funcionários; em qualquer espaço da escola, em que o aluno estiver, recebe tratamento, promovendo não apenas a educação formal, mas também resgatando atitudes e valores essenciais à cidadania.

Foi assim que de todos os envolvidos na escola entenderam que são educadores. Para usar um banheiro coletivo, para fazer as refeições da merenda escolar, para usar o espaço da escola, para relacionar-se com os colegas no momento do recreio, da entrada e saída da escola, para usar a biblioteca, enfim, a convivência em grupo requer aprendizado, e a escola é um local propício para essa ação.

Cada profissional que trabalha na escola tem uma habilidade, e todos têm sua importância para tramar a teia, que no caso são as relações, atitudes e ações de todos em prol de uma mesma escola.

Professores e direção no ano de 2002 participaram do curso com carga horária de 36 horas "Planeta Azul", ministrado pelo Instituto Educacional Mokito Okada, visando incorporar a verdade, o bem e o belo em toda atividade humana, objetivando elevar a sensibilidade intrapessoal. A participação nesse curso foi importante naquele momento em que se buscava a integração da equipe. A filosofia do curso consistia em o professor conhecer mais a si próprio, e saber qual o seu papel na educação dos alunos.

Semestralmente os professores e funcionários também fazem uma avaliação do seu trabalho. O que estava previsto e não foi possível realizar foi o desempenho da direção e da coordenação. Discute-se sobre os pontos levantados; assim todos têm direito de serem ouvidos. Está prática tem sido importante para os resultados positivos alcançados.

O primeiro passo importante – Um Projeto Coletivo – Ano 2002/ 2003

"Meio ambiente é o conjunto de todas as realidades, concreto, imaginário, subjetivas, objetivas, profanas e sagradas". (LIMA, 1999). A proposta da escola em relação ao meio ambiente está embasada na construção da conduta, de valores em relação às pessoas e ao espaço: experiência, percepção e vivência. A escola Prof. Jorge Bertolaso vem desenvolvendo esse trabalho de percepção ambiental, dentro e fora da escola, desde o ano de 2002 Este trabalho tem sido ocasião de grandes mudanças para a escola e comunidade.

A importância da concepção de comunidade consiste em grande medida em salientar a relação existente entre coesão social e área

geográfica. Segundo Maclver e Charles (1973, p. 123), “[...] quaisquer que tenham sido as modificações introduzidas pela civilização na relação entre laços sociais e residência territorial, o caráter básico da localidade como classificador social jamais foi superado.

Em maio de 2002 a direção enviou um questionário aos pais. Queríamos saber o que eles entendiam por meio ambiente e o que poderia ser melhorado na comunidade por meio de um projeto coletivo, além de outras questões. A maioria dos pais respondeu o que já sabíamos: a comunidade não oferecia nenhum local de lazer, nem mesmo uma praça.

A área verde degradada, 19.588,08 m², com terreno íngreme e rochoso e vegetação nativa, localizada atrás da escola, foi eleita como objeto do nosso projeto comunitário.

Esse questionário foi enviado com a intenção de se saber se a escola participaria ou não do concurso “1 Prêmio Chamex- Terra Escola” promovido pela International Paper de Mogi Guaçu. Diante das respostas dos pais, percebeu-se o quanto a comunidade sentia-se abandonada. Mandamos comunicado a comunidade do Parque do Estado II e Mirim-Guaçu, para participarem do desafio de abraçar a área verde. Se isso acontecesse, o projeto seria inscrito. O dia para esta ação foi 4 de junho, em que se comemora o *Challenge Day* (Dia do Desafio). Essa ação na área verde tinha como intenção ser o símbolo de compromisso da comunidade com aquele espaço.

Em setembro de 2002, foi divulgado o resultado do concurso de educação ambiental. O projeto da escola Jorge Bertolaso Stella foi o escolhido entre os do município de Mogi Mirim. Com envolvimento e muito trabalho com a comunidade, recuperamos a área verde nomeada de “Bosque do Compromisso”, um trabalho que

visa desenvolver a percepção ambiental da comunidade. O nome do bosque foi reconhecido oficialmente pela Câmara dos vereadores, dias após a inauguração. Após cinco anos, esse espaço continua sendo conservado; é um símbolo de participação coletiva para a escola e a comunidade.

Agente Cidadão: exercendo cidadania no lugar onde vivo

No planejamento do início do ano letivo de 2004, a direção e os professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental escolheram o tema do projeto que seria desenvolvido durante o ano, cujos personagens são de Maurício de Sousa: “Turma do Bertolaso: Aprender, conhecer, fazer e ser, com a Turma da Mônica”, além do subprojeto “Agente Cidadão: Exercendo Cidadania no Lugar onde Vivo”.

A proposta deste projeto de educação ambiental era levar até a comunidade, por meio de nossos alunos, a continuidade do trabalho de despertar o “sentimento topofílico”, com o objetivo de a comunidade criar laços de amor com o bairro, internalizando que lugar é todo local a que atribuímos valores, e que toda a paisagem vivida é o local, onde se desenvolve toda nossa história de vida.

A valorização da Arte na Escola: exemplo de um projeto interdisciplinar

Em 3 de setembro de 2007, foi apresentada à Câmara, pelos deputados Elismar Prado (PT-MG) e Frank Aguiar (PTB-SP), uma proposta que cria diretrizes para o ensino de artes na Educação Básica, Educação Infantil, Ensino

Fundamental e Ensino Médio: dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96. Está em análise na Câmara.

Hoje consta na lei a obrigatoriedade do ensino da educação artística. Pela proposta, música, teatro, dança, artes plásticas, fotografia, cinema, vídeo, design e noções sobre patrimônio artístico, cultural e arquitetônico devem constar da formação. O projeto também explicita que os professores devem ter formação específica na área e determina um prazo de três anos para que os sistemas de educação adaptem-se às novas exigências.

De acordo com os autores do projeto é muito importante o papel da arte-educação no desenvolvimento da capacidade dos alunos de lerem e analisarem o mundo em que vivem. Além disso, segundo os deputados, a educação para as artes reúne, de forma multidisciplinar, conhecimentos sobre diversas áreas também fundamentais da educação, como história, geografia e línguas. (Panorama Nacional, 2007).

A LDB 9.394/96, de caráter nacional, é extremamente flexível, característica que pode ser atestada pela reportagem, que atesta que, após onze anos de promulgação da LDB, ainda se estudam propostas da obrigatoriedade de formação para o professor de educação artística. Por isso, a escola tem que saber aonde quer chegar com suas propostas pedagógicas: se aguardarmos o sistema, os alunos da escola pública estarão sempre em desvantagem quanto ao acesso ao conhecimento em relação aos alunos da escola privada.

A seguir, o relato de como a equipe escolar da Escola Jorge Bertolaso Stella sistematizou o trabalho de educação artística no espaço do ambiente escolar, com detalhamento do processo.

As classes fizeram durante o ano uma apresentação de teatro. Foram montados também dois grupos permanentes de teatro: 1) com alunos de 1ª e 2ª série e 2) com alunos da 3ª e 4ª série. Durante todo o ano fizeram apresentação dos mais variados temas: dia das mães, meio ambiente, saúde bucal, e finalizaram o ano com a peça que falava sobre os pintores famosos.

Tinha-se um grande entrave, no início, do projeto da História da Arte: tínhamos apenas um exemplar do livro de Mauricio de Sousa "História em Quadrões". Como fazer para que todos tivessem um visual das reproduções das paródias e das obras originais?

Conseguimos para o nosso laboratório de informática o CD ROM dos quadrões; os alunos fizeram uma viagem aos ateliês dos artistas mais reconhecidos nacional e internacionalmente, e neste CD há várias atividades interativas com as obras e pintores. A intenção era a de que os alunos tivessem este primeiro contato e escolhessem a obra que lhe chamasse mais a atenção. Mas, queríamos também ter as obras expostas, para que eles fizessem uma leitura subjetiva, para depois cada classe poder fazer a escolha: qual artista usariam, para aprofundar o conhecimento e reproduzir a obra de arte.

Tínhamos na ocasião uma estagiária, que cursava o primeiro ano de Letras. A diretora percebeu que ela tinha habilidade com desenhos. Pediu que ela fizesse a reprodução de uma tela pequena da obra "O picador de Fumo" de Almeida Júnior. Depois dessa tela pequena, ela pintou mais nove telas grandes. Para valorizar o trabalho, e para as crianças terem uma visão esclarecida de uma obra, com recursos da

APM colocamos molduras em todas as telas. Este trabalho da estagiária com a participação intensa da inspetora de alunos resultou numa entrevista num programa da TV local, em que foi apresentada a descoberta de uma artista. Por fim, mostramos as obras e falamos sobre nosso projeto.

“Obras de arte” foi o tema que a escola levou à avenida no desfile do aniversário da cidade em 22 de outubro de 2004. Os objetivos pretendidos eram que os professores polivalentes valorizassem os conteúdos de artes nas suas diferentes linguagens e assegurassem seu desenvolvimento pedagógico, como havíamos planejado no início do ano. Geralmente, nem tudo que se planeja no início do ano letivo é efetivamente desenvolvido, principalmente em relação às artes: o receio que o professor tem de, por exemplo, desenhar, dançar, representar e cantar.

O objetivo específico consistia em o aluno desenvolver sua competência estética e artística na área das artes visuais, teatro, música e dança, favorecendo análise, apreciação e exercício do ser criador, para um processo pessoal, progressivo e significativo da função que a arte desempenha na sociedade de diferentes culturas, históricas e contemporâneas, além de trabalhar a arte como mediadora de aprendizagens de outras disciplinas.

Após algumas reuniões, a equipe chegou ao consenso do que e como trabalhar a arte no ano de 2004 com os alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com história da arte, teatro, músicas, arte no folclore, história em quadrinhos, leitura e desenho de paisagem da comunidade do Parque do Estado II.

Além de peças de teatro, que cada classe iria apresentar no decorrer do ano, foram montado dois grupos permanentes de teatro, que fizeram apresentações durante eventos dentro e

fora da escola durante o ano. O projeto focava os personagens do Maurício de Sousa, além dos mosquitos da dengue macho e fêmea que usamos na peça: “Dengue não combina com meio ambiente”. Os alunos interessados em participar fizeram a inscrição e escolheram qual personagem gostariam de ser. Foi dado no ato da inscrição um pequeno texto com a fala do personagem. Um grupo para o período da manhã: 3ª série e 4ª série, e outro para o período da tarde: 1ª e 2ª série.

Quanto à música, a proposta era de aprender através da música, além de cada classe ter a música do seu personagem, (cada sala era representada com um personagem do Maurício de Sousa como agente cidadão). Ainda na proposta com música, as professoras usavam fundos musicais de música erudita ou de sons da natureza em momentos de criação dos alunos. O aluno precisa ouvir gêneros de músicas, que a mídia não oferece. “ [...] ninguém pode gostar do que desconhece, se a mídia não favorece este tipo de música, cabe a esta disciplina levar este conhecimento.” Scafi (2001). Diariamente durante o recreio também são oportunizados outros gêneros musicais.

Para o trabalho com o folclore como conhecimento da cultura popular do Brasil, tínhamos um aluno de 14 anos, 3ª série, de classe especial. Esse aluno ensinou aos colegas como confeccionar pipa; as professoras da classe foram seus auxiliares. Realizamos todos os anos no mês de agosto na praça próxima à escola um campeonato de pipa: a mais bonita, a mais original, a maior, a menor, a que sobe mais alto.

No mês de novembro, realizamos também o folclore americano, com a festa de *Halloween*, em que a música e expressão corporal ficam em evidência. Fazemos o concurso da expressão

mais aterrorizante, em que o que está em jogo é a expressão facial e corporal.

Em Maio, em homenagem ao dia das mães, os alunos e suas mães fizeram uma atividade de expressão corporal com músicas orientais, e, em seguida, mãe e filhos fizeram um arranjo floral. Em agosto de 2004, após o mutirão, realizado pela escola e comunidade para limpar e fazer plantio na área do bosque e recuperação da quadra da escola, alguém ateou fogo no local. As crianças retrataram por meio do desenho o bosque queimado; fizemos passeata com cartazes e pedimos um caminhão de bombeiro que nos acompanhasse nessa tarefa de mostrar nosso repúdio ao ato do incêndio. Todos com tarja preta no braço. Na semana desse mutirão, pais e alunos já haviam pintado as muretas da quadra; os alunos fizeram desenhos nessa mureta.

Fazendo uma reflexão sobre esse percurso: havíamos planejado que todas as classes, durante o ano, fariam uma apresentação de teatro. Das doze classes, nove apresentaram. Esta apresentação não foi planejada para ser um festival de teatro, como aconteceu; não foi feita uma escala de apresentação; ficou livre para que as professoras escolhessem o melhor momento. Quando a direção percebeu que estava se aproximando o final do ano, fez um pouco de pressão. Foi quando pôde perceber melhor que a maioria das professoras estavam inseguras, por isso a relutância.

Conversamos com as professoras, que ficaram mais seguras; entenderam que representar faz parte das brincadeiras das crianças; o jogo simbólico para a criança é muito mais fácil que para o adulto; quando ela está brincando de casinha, de escolinha, de motorista, de mocinho e bandido, ela está representando, experimentando o mundo dos adultos. Conclusão, as peças de

teatro surpreenderam até mesmo as professoras, pois ficaram ótimas. As mães relatam que no período, que antecedeu à apresentação, os filhos não queriam faltar à aula para não perderem o ensaio.

As avaliações eram realizadas com frequência; mas ficamos num impasse: se o produto final, as telas pintadas pelas crianças, seria uma reprodução ou haveria na obra, interferência por parte delas? Como nos dois anos anteriores, os alunos realizaram uma pintura mais livre: no ano de 2003, fizeram o presente do dia das mães: “Mãe e os elementos da natureza”; cada criança teve a liberdade de escolher o elemento, que mais correspondesse a sua mãe, e pode imaginar como seria este elemento e retratá-lo na tela: fogo, água, ar e terra. A equipe ficou muito dividida. Resolvemos deixar que as crianças resolvessem essa questão.

Exemplo: O quadro de Van Ghogh “O escolar”, que, parodiando, era “Os Planos infalíveis do Cebolinha”. Os alunos já tinham a informação de que Van Ghogh gostava de pintar pessoas comuns, e usava pinceladas fortes, largas, com cores fortes também, como o azul e o laranja. Surpreendeu-nos: as crianças gostaram tanto da paródia da tela que desejaram tê-las. A avaliação foi feita por professores e alunos: mesmo todos vendo a mesma imagem e querendo reproduzi-la, todas saíram diferentes, nenhuma imagem saiu igual ao modelo. É uma maneira peculiar de cada um se mostrou nas telas individuais. Pôde-se observar como as crianças buscam a perfeição neste momento. Já no ano de 2005 os alunos fizeram uma parte de uma obra, para, no final, perceberem que cada um teve a participação para a obra completa, inspirada em Volpi, Portinari, Tarsila. Já para trabalhar Henfil, as atividades foram individuais, com técnica de grafite.

Os desafios da equipe eram muitos: Apresentação de trabalhos; os alunos teriam que ter conhecimento do que estavam apresentando; poucas pessoas para ajudar; a escola não contava com vice-diretor, nem coordenador pedagógico, apenas com um estagiário por período. Havíamos desenvolvido um trabalho de recuperação da área verde Bosque do Compromisso, nos anos 2002 e 2003; em meados de 2004, percebemos o abandono do poder público, sentimos que teríamos que dar uma atenção à área.

A rede pública municipal passava por uma avaliação, o SAREM – Avaliação da Rede Municipal de Ensino. Havia a formatura do pré, a festa de confraternização da 4ª série, enfim, havia uma agenda administrativa e pedagógica que precisava ser cumprida. Em outubro, fomos contemplados com o 2º lugar no projeto Meio Ambiente e Saúde, com o qual concorremos com centenas de escolas de sete cidades, promovido pela Embrapa/Motorola. Esse projeto já fazia parte do plano pedagógico da escola, e como o Departamento de Educação exigiu que as escolas participassem, inscrevemos o que já estava em andamento: Agente Cidadão – Exercendo Cidadania no Lugar Onde Vivo.

Recebemos uma fita de vídeo do Maurício de Sousa, parabenizando nosso trabalho. Descobrimos muitos talentos nas várias habilidades de arte entre nossos alunos. Inclusive, entre eles, alunos que não se saíam bem em outras disciplinas, surpreendeu a todos pintando, desenhando, interpretando. A mostra dos trabalhos do final do ano, com apresentação das peças de teatro, ficou notória: cada professor e funcionário reconheceu o valor e empenho do trabalho em equipe.

Quanto à contribuição do trabalho desenvolvido, os alunos se mostraram mais confian-

tes em desenhar, representar; estão agora mais familiarizados com telas, tintas e pincéis e sabem que, antes da tela, têm que fazer e refazer muitas vezes o desenho para então poder passar para a tela; aprenderam a respeitar os colegas, que antes eram tidos como alunos com deficiência de aprendizagem e que agora se mostram inteligentes nas artes; os alunos estão aprendendo apreciar uma obra de arte e que por trás da obra há um ser humano, uma história, uma época, uma sociedade.

A arte, mais do qualquer disciplina, ensina a respeitar e a entender a diversidade, a diferença, a sensibilizar a criar. Os alunos internalizaram a construção da imagem da paisagem local e conseguem expressar a característica da comunidade da escola, em que está inserida. O que se percebe entre os alunos é que eles estão usando mais o desenho como recurso nas suas produções, não apenas na disciplina de artes, mas em todas as disciplinas. A escola chegou ao final do ano linda, sem riscos nas paredes, nas carteiras, os jardins e vasos impecáveis, revelando que os alunos apreciam a beleza e a estética.

A equipe de professores, para dar início ao projeto da História da Arte, teve que aprender. Notou-se que o conhecimento era extremamente superficial, e depois de saber sobre determinados artistas, foi necessário recriar uma história, que chamasse a atenção dos alunos. Era necessário que o primeiro contato com a História da Arte acontecesse de um modo prazeroso. Em reuniões, os professores refletiram sobre as experiências pessoais com atividades artísticas. O teatro foi a linguagem da arte em que os professores encontraram maior dificuldade. Na avaliação final, eles reconheceram que a falta de experiência, que não lhes foi oportunizada enquanto alunos e

mesmo na graduação, detinha-os, e estavam reproduzindo com seus alunos, não proporcionando experiências pessoais.

Hoje, os professores valorizam mais os conteúdos das inúmeras formas de arte e percebem que o aluno interage mais nas modalidades artísticas, sem contar que a escola fica mais alegre nessas manifestações. Atualmente, a equipe não consegue dissociar arte do projeto político-pedagógico, deixando-a como uma disciplina isolada. Há grande integração com o professor de artes e professores polivalentes.

Este trabalho estava inserido no projeto político-pedagógico da escola. Também foi passado aos pais de alunos todas as suas etapas. Na verdade, o objetivo maior era que a equipe de professores polivalentes da escola atuasse e valorizasse a arte dentro e fora da sala de aula, e não a olhasse como uma disciplina isolada, de uma hora semanal, dissociada das demais disciplinas. A intenção era que o professor entendesse a arte de maneira interdisciplinar, e assegurar seu conteúdo e suas práticas nos planejamentos de suas aulas.

Os professores ficaram tão entusiasmados com a resposta positiva da experiência de 2004, que em 2005 conseguimos reunir todos os professores, num sábado, para participar do curso “Stop Motion - Técnicas de animação”, na Unimep, de Piracicaba. Agora, estão mais participativos na área de artes. No ano de 2005, eles mesmos fizeram e ensaiaram a coreografia da festa junina. Até então, era o professor de Educação Física ou de Artes que se encarregava da montagem e dos ensaios. Partiu deles ter essa experiência. O que permitiu melhorar as danças. Isso fez com que os professores se tornassem mais confiantes, capazes, e os incentivou ainda a buscar mais conhecimento

nessa área. Como resultado, no ano de 2006, a Câmara Municipal convidou a escola a expor as telas, pintadas pelos alunos, pelo período de um mês na Câmara.

Considerações finais

A análise sugere que a grande maioria dos professores, funcionários e pais habituaram-se a participar da tomada de decisões, tornando-se competentes nesse tipo de situação.

O mais importante é a quebra do isolamento da escola em relação à comunidade a que pertence, ausência da tradição participativa do povo brasileiro submetido a muitas décadas a regimes políticos autoritários (GIUBILEI, 2001)

Processos participativos facilitam a introdução de inovação. À medida que a comunidade local se fortaleceu, promoveu a qualificação da educação na unidade escolar.

Para a ocorrência linear dos pontos positivos, demandou certo tempo para engajamento da equipe escolar e comunidade. O diferencial foi o diretor da escola e a grande maioria dos professores e funcionários estarem na mesma unidade escolar durante os seis anos letivos. Provavelmente, teria expirado o tempo do mandato de um diretor eleito ou indicado nesta escola.

Pelo fato do diretor desta unidade escolar ter ingressado por concurso público, por meio de provas e títulos, não houve impedimento para a busca de uma escola democrática.

Gestão educacional: o que faz a diferença? Caso Mogi Mirim

This research is a case study, analysis and comprehension of the organizational dynamic of the EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Professor Jorge Bertolaso

Stella (Professor Jorge Bertolaso Stella Municipal Elementary School), in the city of Mogi Mirim, State of São Paulo, Brazil. This school belonged to the educational state net since 1981. It has been converted to municipal school through the Municipal Law number 3484 in July 18th 2001, which became effective on its publication date in January 23rd 2002. The purpose of this research is to indicate the main factors that have brought the significant changes to the school operation, with the community participation and the involvement of teachers, students and staff; and to analyze if these factors are the result of a democratic educational management.

Key words: Democratic management. EMEB Prof. Jorge Bertolaso Stella. Principal.

Nota

- 1 Doralice dos Santos Scaff – Mestre em Educação pela UNIMEP (2007) – Núcleo de Políticas e Gestão – Diretora da Escola Municipal de Educação Básica Prof. Jorge Bertolaso Stella 0 Mogi Mirim – SP desde o ano de 2002.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 setembro de 1996, Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei n.º 9.394, de 20/12/1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007, Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

BRASIL. MEC- INEP – Programa: Escola de Gestores: julho 2004. Acessível em: http://www.inep.gov.br/download/informativo/2004/projeto_escolas_gestores.doc. Acesso em: 19 junho 2005.

GIUBILEI, Sonia. Orgs. Descentralização, Municipalização e Políticas Educativas.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Centro de Documentação e disseminação de Informações; Rio de Janeiro: 1993.

LIMA, S. T. de - Unesp. 1999. Palestra ministrada no salão comunitário do Jardim Novo, Mogi Guaçu- SP.

MOGI MIRIM. Câmara Municipal. Processo: 137/99 volume I do projeto de Lei nº 89 de 1999

MOGI MIRIM. Câmara Municipal. Processo: 137/99 volume II. 02/06/99.

Panorama Nacional – Site Nota 10 disponível em: http://www.nota10.com.br/panorama_nacional/arquivo/2007/setembro/3.html#2 Acesso em 4 setembro 2007.

UNESCO. Educação Para Todos. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicações> acesso em 22 maio 2007.

WERLE, Flávia Obino Correa. Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.